

STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.

CNPJ Nº 05.991.437/0001-58

NIRE 26.3.0001311.8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 2ª CONVOCAÇÃO

EM 21 DE JULHO DE 2014

1. Data, Hora e Local: 21 de julho de 2014, às 14:00 horas, na sede social da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. ("Companhia"), situada na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

2. Presença: Alupar Investimento S.A., representando 51% das ações ordinárias.

3. Convocação: Os acionistas da Companhia foram devidamente convocados pelos anúncios publicados em 4, 5 e 8 de julho de 2014 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e em 4, 5 e 6 de julho de 2014 no Jornal do Comércio, e, em segunda convocação, pelos anúncios publicados em 15, 16 e 17 de julho de 2014 no Jornal do Comércio, e em 15, 16 e 19 de julho no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações").

4. Composição da Mesa: Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão, Presidente; Leandro Gil Araujo, Secretário.

5. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a realização da distribuição pública da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser composta de 10.100 (dez mil e cem) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) pela Companhia ("Debêntures"), totalizando, na data de respectiva emissão, o valor de R\$101.000.000,00 (cento e um milhões de reais) ("Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476/09"); (ii) as características da Emissão e das Debêntures; (iii) a contratação dos prestadores de serviços no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, o escriturador mandatário, o banco liquidante, o agente

fiduciário, o assessor legal, a instituição financeira intermediária e a CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), esta última, inclusive, na qualidade de depositário central e (iv) a prática pela Diretoria da Companhia de todo e qualquer ato necessário à efetivação da Emissão.

6. Deliberações em 2ª convocação: Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista presente, representando 51% das ações ordinárias, deliberou o seguinte:

- (i) Aprovar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão das Debêntures, cujas características e condições estarão previstas no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado pela Companhia e pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures;
- (ii) Aprovar as características e condições da Emissão e das Debêntures, a saber: (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), será de R\$101.000.000,00 (cento e um milhões de reais); (b) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (c) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 10.100 (dez mil e cem) Debêntures; (d) **Número da Emissão:** 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Companhia; (e) **Data de Emissão das Debêntures:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 7 de agosto de 2014 (“Data de Emissão”); (f) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal Unitário”); (g) **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice; (h) **Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão da forma escritural, sem a emissão de cautela ou certificado e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador mandatário a ser contratado. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome

dos Debenturistas expedido pela CETIP; (i) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os titulares das Debêntures de preferência em relação aos demais credores da Companhia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações; (j) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 7 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento"); (k) **Preço e Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido no item (f) acima), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP; (l) **Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 ("Oferta Restrita"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures; (m) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (n) **Amortização e Amortização Extraordinária:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Total (conforme definição abaixo), de Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo) e/ou da ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, nos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, na proporção e conforme cronograma descrito na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 7 de agosto de 2016 e o último na Data de Vencimento. A amortização será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. A Companhia poderá, ainda, realizar a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 7 de agosto de 2016, exclusive, a amortização extraordinária parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação ("Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures" e "Amortização Extraordinária"), de acordo com o procedimento a ser previsto na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo

do Valor Nominal Unitário. O valor a ser pago aos titulares de Debêntures a título de Amortização Extraordinária será equivalente ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração (conforme definida no item (o) abaixo) imediatamente anterior até a data de amortização extraordinária, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado e (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a data de amortização extraordinária (sendo que os itens (i) e (ii) acima, considerados em conjunto, são denominados “Valor de Amortização Extraordinária”), e (iii) prêmio tendo como base o valor correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento), a ser calculado *pro rata temporis*, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sobre o respectivo Valor de Amortização Extraordinária, sendo que o referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor de Amortização Extraordinária, e tal percentual será aplicado de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão;

(o) Remuneração: As Debêntures renderão juros remuneratórios equivalentes a 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, “over extra grupo”, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão;

(p) Pagamento da Remuneração: a Remuneração será paga trimestralmente no dia 7 dos respectivos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, ocorrendo o primeiro pagamento em 7 de fevereiro de 2015 ou, ainda, na data da eventual decretação do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, ou na data do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, nos termos e condições a serem descritos na Escritura de Emissão;

(q) Repactuação Programada: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada;

(r) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observados os

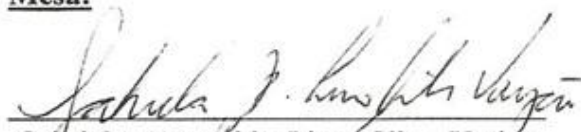
termos da Instrução CVM nº 476/09, e conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, desde que observe as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação; (s) **Resgate Antecipado Total:** a Companhia poderá realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 7 de agosto de 2016, exclusive, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado Total"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração (conforme definida no item (o) acima) imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado Total; (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Total (sendo que os itens (i) e (ii) acima, considerados em conjunto, são denominados "Valor do Resgate Antecipado Total"); e (iii) prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) a ser calculado *pro rata temporis* a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão sobre o valor do Resgate Antecipado Total, sendo que o referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor do Resgate Antecipado Total, e tal percentual será aplicado de acordo com a fórmula que será prevista na Escritura de Emissão; (t) **Vencimento Antecipado:** as Debêntures estarão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado usuais de mercado, a serem definidas na Escritura de Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"); (u) **Multa e Juros Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, devidamente acrescidos da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos à, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; (v) **Destinação dos Recursos:** os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia; (x) **Garantias:** as obrigações sob as Debêntures não contam com qualquer garantia;

(iii) Autorizar, desde já, a Diretoria da Companhia a (a) contratar instituição intermediária para realizar a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures, podendo fixar as respectivas comissões; (b) contratar os demais prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando a, o banco liquidante, o escriturador mandatário, o agente fiduciário, o assessor legal e a CETIP, esta última, inclusive, na qualidade de depositário central, podendo fixar os respectivos honorários; e

(iv) Autorizar, desde já, a Diretoria da Companhia a (a) negociar e celebrar todos os instrumentos necessários à realização da Emissão e à Oferta Restrita, bem como estabelecer condições adicionais àquelas aqui deliberadas; e (b) praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, a celebração da Escritura de Emissão e do contrato de colocação da Emissão.

7. **Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, devidamente aprovada e redigida na forma prevista no parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 que, após ter sido lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Mesa:


Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão
Presidente


Leandro Gil Araujo
Secretário

Acionista:


Alupar Investimento S.A.
Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/07/2014
SOB Nº: 20148554601
Protocolo: 14/855460-1
Empresa: 26 3 0001311 8
SIN SISTEMA DE TRANSMISSÃO
NORDESTE S/A



ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL

STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S/A.

NIRE 26 3 0001311 8

CNPJ/MF n.º 05.991.437/0001-58

**Lista de Presença dos acionistas da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2a convocação
dia 21 de julho de 2014, às 14hs**

N.	NOME E QUALIFICAÇÃO	AÇÕES ORDINÁRIAS		NÚMERO DE VOTOS
		Classe A	Classe B	
01	ALUPAR INVESTIMENTO S/A, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – Bloco I – 9º andar – Sala A, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.364.948/0001-38, neste ato representada por seus diretores Paulo Roberto de Godoy Pereira e Enio Luigi Nucci, através de sua procuradora Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão, brasileira, casada, advogada, domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – Bloco 1 – 9º andar – Sala A, Vila Olímpia, OAB nº 267.445 e inscrita no CPF 222.592.008-77. Assinaturas:  (p.p Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão)	100.980.000	-0-	100.980.000
02	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO: Ausente	-0-	97.020.000	97.020.000
	Total	100.980.000	97.020.000	198.000.000

STN

Recife, 21 de julho de 2014.


(p.p Gabriela Aparecida Lima Silva Varjão)

Presidente

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e melhor forma de direito, a outorgante **ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.948/0001-38, com sede à Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, bloco I, 9º andar, sala A, Vila Olímpia, São Paulo, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeia e constitui seus bastante procuradores, o Sr. **Rodolfo Barrueco Pinheiro e Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.929; a Srta. **Silvia Carolina Villas Boas**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 224.347 e a Sra. **Grabriela Aparecida Lima Silva Varjão**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 267.445, todos com escritório profissional na sede da outorgante, a quem confere poderes para representá-la, isoladamente, na Assembleia Geral Extraordinária da STN – SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A., a ser realizada na sede social da Companhia, na Praça Doutor Fernando Figueira, nº 30, sala 1.103, Recife, Pernambuco, às 14:00 horas do dia 21 de julho de 2014, com poderes para votar, assinar atas e demais papéis necessários ao bom desempenho da referida Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de deliberar sobre a proposta de emissão, pela Companhia de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser composta de 10.100 (dez mil e cem) debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Debêntures”), totalizando, na data da respectiva emissão, o valor de R\$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de reais), representando a 1ª (primeira) emissão da Companhia (“Emissão”), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009; bem como autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, podendo praticar todo e qualquer ato necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. O presente mandato tem validade de 1 (um) mês.

São Paulo, 17 de julho de 2014

TABELÃO OLIVEIRA LIMA
15ª Carteira de Nota
 (Dr. João Roberto de Oliveira Lima)

Av. Dr. Cardoso de Melo 1055, CEP: 04548-905
Vila Olimpia - Esquina com a Rua Funchal - Ilan Paulista, SP
PAIX: (11) 3055-5100 - www.fluxotax.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO DE PARASÍMIO, o Sr. JOSE LUIZ DE GODOY PEREIRA e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA PEREIRA, o qual confere com padrão depositado em cartório.
São Paulo/SP, 18/07/2014 às 11:20:32

Em Testemunha da verdade. (Ass) (R) 10.00
RODRIGO NELSON
Sendo oitiva a seguinte
Etiqueta: 337515

Etiquetas: 337515

AB829652



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 267445

NOME: GABRIELA APARECIDA LIMA SILVA

FILIAÇÃO: SERVIO SILVA FILHO
ANIELIA PEREIRA LIMA SILVA

DATA DE NASCIMENTO: 05/10/1983

CPF: 222.592.008-77

END: 30.752.000-8 - SSPSP
PARQUE DE ORLÂNDIA E TIGRIS

CIDADE: SÃO PAULO-SP

DATA DE EXPIRAÇÃO: 01/03/2008

PRESIDENTE DO CONSELHO SECCIONAL

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.950/94)

ASSINATURA DO TITULAR
Gabriel p Lima Silva

07042310

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

8000-2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Gabriela A. Lima Silva Varjão

DESD-050130

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

30.752.000-6 12/SET/2012

GABRIELA APARECIDA LIMA SILVA

VARJÃO

SERVIO SILVA FILHO

E AMÉLIA PEREIRA LIMA SILVA

S. PAULO -SP

SÃO PAULO-SP
VILA GUILHERME
CC: LV. B072/FLS. 0104/N. 012699

222592008/77

176 Delegado Divisorário
Helysvalentim de Oliveira da HIRGID-SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83



TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 06364300

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.962/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

RENOME
LEANDRO GIL ARAUJO

FILIAÇÃO
WILSON ARAUJO
MARIA DE LOURDES GIL ARAUJO

NACIONALIDADE
SÃO PAULO-SP

DATA DE NASCIMENTO
14/02/1974

CPF
205.402.038-90

RG
20.930.878-X - SSPSP

VIA EXPEDIDO EM
01 20/03/2009

VALIDADE DE ÓRGÃO E TÍTULO
SIM

LUIZ FLÁVIO RODRIGUES OLIVEIRA
PRESIDENTE

RENOME
252897

252897

internacional Journal do comércio

www.jonline.com.br

Editor:
Gerson Filho
Bianca Nagamatsu
Gerson Oliveira
Fale conosco: (11) 3071-4100
Twitter: @jonlinebr



Ataques de Israel já mataram 186 em Gaza

CONFLITO A ofensiva israelense também deixou 1.287 feridos no período de uma semana. Ontem, ao menos doze palestinos, incluindo duas crianças, foram mortos

GAZA - Os ataques aéreos israelenses contra a Faixa de Gaza deixaram 186 mortos e 1.287 feridos em uma semana, segundo o Ministério da Saúde de Gaza. Os ataques, segundo o Ministério da Saúde, foram feitos por helicópteros e aviões, atingindo áreas residenciais e locais de trabalho.

Entre os mortos estão duas crianças e um homem e uma mulher mortos em decorrência de ferimentos sofridos no domingo.

O conflito já é mais letal do que o observado em 2012, que também teve como objetivo impedir o deslocamento de foguetes a partir de Gaza. 177 palestinos e seis israelenses foram mortos em uma semana.

O Cerco Palestino para os Civis (Human Rights Watch), em sede em Gaza, anunciou no domingo passado que mais de 75% das vítimas da atual ofensiva eram civis.

Além disso, a Agência da ONU para Ajuda aos Refugiados Palestinos (UNRWA) denunciou a grande quantidade de crianças entre as vítimas.

"Tudo indica, o que é dramático, que milhares de crianças representam a grande maioria das vítimas dos bombardeios. Atualmente, um quarto das vítimas são crianças", lamentou em Gaza o diretor da UNRWA, Pierre Krahenbuehl.

Desde o início da operação, quatro israelenses foram feridos pelos foguetes disparados pela Faixa, mas nenhuma pessoa foi morta.

PRISÃO
Israel declarou ontem que matou seis quando três jovens palestinos foram mortos.



EFETOS NA PALESTINA O atual conflito já é mais letal do que a ofensiva realizada em 2012

no de um adolescente palestino, cuja morte foi uma das causas da atual escalada de violência.

Segundo o porta-voz da polícia israelense, Micky Rosenfeld, os suspeitos foram mortos durante a operação de segurança para garantir a segurança de um adolescente palestino, Muhammad Abu Khdeir, de 16 anos.

Ele foi assassinado em uma área residencial de Gaza, considerada a área mais controlada pelos negociadores internacionais.

Israel não se rendeu, mas a mídia local informou que os corpos dos três jovens foram encontrados mortos.

Egito tenta negociar um novo cessar-fogo

CAIRO O Egito apresentou uma proposta de cessar-fogo entre a Faixa de Gaza e Israel ontem para interromper a escalada de violência que atingiu a região há cerca de uma semana. O cessar-fogo já matou pelo menos 186 palestinos. Uma autoridade da Faixa de Gaza, disse que o grupo está aberto a negociar e planeja considerar a oferta mais concreta enviada pelos negociadores internacionais.

Israel não se rendeu, mas a mídia local informou que os corpos dos três jovens foram encontrados mortos.

Avião da Ucrânia é abatido por míssil

DAVYDO-MYKILSKIE - As forças de Kiev buscaram ontem membros da tripulação de um avião de transporte militar, abatido na zona separada por um míssil "procurado", disparado da Rússia, agravando ainda mais a tensão entre os dois países. A tripulação da aeronave foi vista em um campo perto da cidade de Davydo-Mylskoe, na região de Lugansk, que entrou em contato com o Estado-Maior ucraniano, informou a Presidência da Ucrânia em um comunicado. Ainda não se sabe quantos sobreviveram.

Um dos porta-vozes militares de Kiev, citado pelo Imprensa local, admitiu que dois pilotos - dois são que estavam a bordo - tinham sido feitos prisioneiros pelos rebeldes. Já os insurgentes afirmaram ter feito cinco prisioneiros, de acordo com as indicações dadas pelo serviço de imprensa da "República Popular de Lugansk".

O governo de Kiev anunciou rapidamente a Rússia de ser responsável pelo ataque a sua aeronave.

"Levando em consideração o fato de o avião estar voando a uma altitude de 6.500 metros, seria impossível que ele tenha sido atingido por disparos de mísseis terra-ar por parte da Rússia", afirmou o comunicado da Presidência.

De acordo com moradores de Davydo-Mylskoe, a destruição do avião aconteceu por volta de 17h30 (hora de Brasília), lembra a de um outro avião de transporte derrubado perto do aeroporto de Lugansk, no dia 14 de junho. Quarenta e nove militares ucranianos morreram no incidente.

O ataque de ontem ocorreu menos de 24 horas depois de um ataque das forças de Kiev contra o aeroporto de Lugansk e da tomada do aeroporto da região depois de intenso combate.

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

Malhada pede a volta de meninas sequestradas

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 23/07/2014
SOB Nº: 20148554601
Protocolo: 14/855460-1
Empresa: 26 3 0001311 8
STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S/A
ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL

EDITAL DE 2ª CONVOCAÇÃO
A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 001/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS - CPLS
A Comissão Permanente de Licitação de Serviços do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a prestação de serviços de consultoria, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 002/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 003/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

ADJUDICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 004/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS - CPLM
A Comissão Permanente de Licitação de Materiais do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 005/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

EDITAL DE APROVAÇÃO
A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 006/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

Prefeitura Municipal de Calçado
A Prefeitura Municipal de Calçado, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 007/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
A Comissão Permanente de Licitação do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, torna pública a convocação para a realização de uma licitação para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações constantes no Edital de Licitação nº 008/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 11/07/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE

CONVOCAÇÃO PARA FASE DE LANCES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 - OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de material elétrico, destinado à Secretaria Municipal, conforme especificação e quantificado no Anexo V do Edital. Através do presente, convocamos as empresas participantes do Pregão supramencionado para comparecerem a sessão de continuação que ocorrerá na data 22/07/2014 às 09h30min. Informações na sala da CPL, sala 8, Rua Padre Zúñiga, nº 165, Centro, nesta cidade, no horário das 08h00min às 12h00min. Santa Cruz do Capibaribe/PE, 18 de julho de 2014. Ramon Sorrentino Batista-Pregoeiro.

(54877)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO SURUBIM

AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014 - OBJETO: Contratação de empresa para realização dos serviços especializados de consultoria e assessoria na área de recursos humanos, incluindo a instalação de software para administração pessoal, bem como treinamento com o objetivo de otimizar as rotinas e funções inerentes ao setor pessoal do Fundo Municipal de Saúde. Data e hora de abertura: 20/07/2014 às 08:30 horas, respectivamente. Informações na sala da CPL, sala 8, Rua João Batista, nº 80 - Centro, nesta cidade, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital no horário das 08:00 às 12:00 horas, ou através do site: www.fmsurubim.ma.gov.br. Surubim 17 de julho de 2014. Pregoeiro.

(54885)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SURUBIM

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014 - OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para construção de Escola com 4 salas de aula - Pedro FNDI no Município de Surubim. Data e hora de abertura: 22/07/2014 às 09:00 horas. Informações na sala da CPL, sala 8, Rua João Batista, nº 80 - Centro, nesta cidade, local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital no horário das 08:00 às 12:00 horas, ou através do site: www.surubim.ma.gov.br. Surubim, 18 de julho de 2014. Rosineide Maria de Arruda Barbosa, Presidente da CPL.

(54885)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014
OBJETO: Pavimentação em paralelepípedo Granítico em diversas ruas da sede do município e do Distrito do Guarani. Exigência de vane de respoção para tomar utilidade das condições físicas locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação. Sessão de julgamento em 22/07/2014, às 10:00h. Local para aquisição de edital e informações na sede da Prefeitura Municipal de Terra Nova, sala 8, Praça Coronel Joaquim Parente de Sá, 21, centro. Informações: (87) 3592-1336. Terra Nova 18/07/2014 - Lucas Lopes de Barros - Presidente da CPL.

(54932)

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPANATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
Abertura: 31/07/2014 às 09:00h
Objeto: Aquisição de um veículo para o transporte dos supervisores escolares. Maiores informações referentes ao edital na sala da CPL, sala 8, Rua São José, 43, 3º andar - Centro - Tupanatinga - PE. Maria de Lourdes Bessa de Silva - Pregoeira.

(54936)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUPANATINGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014
Abertura: 04/08/2014 às 09:00h
Objeto: Aquisição de um veículo tipo passeio para a Unidade de Saúde da Família do Povoado Bequillo. Maiores informações referentes ao edital na sala da CPL, sala 8, Rua São José, 43, 3º andar - Centro - Tupanatinga - PE. Maria de Lourdes Bessa de Silva - Pregoeira.

Contrato de contrato
CONTRATO Nº 028/2014 - PROCESSO Nº 013/2014 - Contrato nº 028/2014
Objeto: prestação de serviços visando a limpeza, manutenção e conservação dos imóveis das unidades de saúde do Fundo Municipal de Saúde do Município de Tupanatinga/PE. CONTRATADA: ACTION NEGÓCIOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 09.435.148/0001-79. Valor: R\$75.534,20. Vigência: 180 DIAS a contar de 13/06/2014.

(54972)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTUROSA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 030/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014
ABERTURA: 31/07/2014 às 10h00min.
OBJETO: Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios destinados ao Projeto de Assistência à Alimentação e ao Adoção do Município de Venturosa - PE através do Convênio Nº 26/2014. **PROCESSO Nº 030/2014**
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014
ABERTURA: 01/08/2014, às 10h00min.

OBJETO: Aquisição parcelada de Materiais de Limpeza e Uso Pessoal destinados ao Projeto de Assistência à Criança e ao Adolescente do Município de Venturosa - PE através do Convênio Nº 26/2014. Venturosa, 19 de julho de 2014 - JAIR BEZERRA DE ALMEIDA - Pregoeiro.

(54978)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VICINÇA-PE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 - Objeto e fimecimento contínuo de Medicamentos para Farmácia Básica e Medicamentos sujeitos a Controle Especial, destinados a atender as necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Data e hora de abertura: 20/07/2014 às 09h00min. Informações na sala da CPL, sala 8, Rua Dr. Manoel Barros, 48 - centro, Vicinça-PE, no horário das 08h00min às 12h00min. Vicinça, 16 de julho de 2014-Marcilio de Albuquerque Cavalcanti-Pregoeiro.

(54940)

PREFEITURA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão - PE
Habilitação nº 01 - 004/2014 - Edital Pregão nº 001/2014



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 23/07/2014

SOB Nº: 20148554601

Protocolo: 14/855460-1

Empresa: 26 3 0001311 8

STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO

NORDESTE S/A

SINDICATO DOS CONDUTORES

DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL

A comissão pró-fundação do sindicato dos condutores de

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

ambulância do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, resolve convocar a Assembleia Geral Extraordinária da

em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 2a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I da Lei 6.404/76, na sede social da Companhia, na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1.103, na Cidade do Recife. Estado de Pernambuco, às 14h00 de 21 de julho de 2014 com o objetivo de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) proposta de emissão de ações, pela Companhia, de debêntures simples, não convertíveis em ações, em série única, de capital autorizado, a ser composta de 10.000 (dez mil) ações de debêntures, todas com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Debêntures"), totalizando, na data da respectiva emissão, o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), representando a 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 478, de 16 de janeiro de 2009, bem como (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à elevação da Emissão. Em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, assim indicada, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia Geral Extraordinária. Os acionistas poderão participar de Assembleia, ora convocada, por si, seus representantes legais ou procuradores, conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Recife, 14 de julho de 2014,
 João Tosta de Oliveira Carneiro
 Diretor do Conselho de Administração
 Nota: Esta matéria deverá ser veiculada na edição de 18/07/2014.

(54942)

L DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB/PE

TAL Nº 003/2014-TEC/OAB/PE
 Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PE, em nome público que, em sessão especial realizada em 2014, no Processo Disciplinar nº 4352/2014, de **ADRIANA FERREIRA PEREIRA**, inscrito na OAB/PE nº 12.255, a medida preventiva de suspensão de exercício profissional nacional, pelo prazo de 90 (noventa) dias, com término em 19/07/2014, e 3º do Estatuto da OAB/PE, Lei nº 8.906, de 14/06/94, fica o referido advogado intimado a apresentar, imediatamente, Nota Secretária e sua cópia de identidade profissional, de acordo com o artigo 74 da Lei nº 8.906/94. Aos 18 (dezoito) dias do mês de julho de 2014 (dois dias úteis), digite: **Dr. Paulo Roberto Souza Vitor Bora - Diretor Presidente, José Luciano Gomes Cabral - Contador - CRC/PE 217.177/O-7.**

(54993)

FRUTAVI S/A COMÉRCIO IMP. E EXP. DE FRUTAS - CNPJ Nº 02.665.001/0001-19

Empresa Beneficiária do FINEP - Relato da Diretoria - Srs. Acionistas. Em cumprimento às determinações legais e estatutárias submetemos ao exame de 1.5as as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2013. Patrocinio (PE), 31.12.2013. Adm. Fin.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		Demonstração de Resultados	
Ativo	2013	2012	2013
Circulante	1.768.439	2.022.138	-3.993
Disponível	825.765	753.346	-30.455
Caixa	965	965	-30.455
Contas a Pagar	824.799	752.381	-168.403
Créditos	6.058	5.909	-2.446.780
Clientes	0	0	332.127
Outros Créditos	6.058	5.909	-2.446.780
Estoques	936.616	1.262.852	150
Imov. p/ agricultura	430.400	351.420	335.248
Imov. p/ não-agricult.	0	0	-793.779
Culturas Permanentes	0	0	828.742
Em Formação	486.216	911.433	-198.022
Permanente	5.316.802	8.428.128	98.639
Imobilizado	5.316.802	7.955.250	53.821
De Direito	0	0	110.309
Total do Ativo	7.885.241	10.400.248	-3.136.306
Passivo			
Circulante	6.797.848	6.813.971	1.392.399
Obrigações de Curto Prazo	6.797.848	6.813.971	-3.115.325
Fornecedores	63.379	857.049	3.111.325
Obrigações Sociais e Tributárias	720.978	951.822	-992.388
Otras Contas	5.004.700	5.004.700	0
Exigível a longo Prazo	8.204	1.268.204	0
Parcelamento de Impostos	8.204	8.204	0
Debitores	0	1.250.000	0
Patrimônio Líquido	1.278.488	2.378.471	-1.250.000
Capital Social Realizado	3.638.702	2.291.304	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.359.612	87.167	1.347.399
Total do Passivo	7.885.241	10.400.248	0

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Recursos	2013	2012
Recursos de Vendas	4.944.176	3.121.608
Despesas Administrativas	-3.993	-30.455
Despesas Financeiras	-304.521	-330
Provisão para IRPJ e CSLL	-168.403	-168.403
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-2.446.780	332.127

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 2013

Atividades Operacionais	2013	2012
Lucro Líquido	-2.446.780	532.137
Aumento de Clientes/Outros Créditos	150	0
Diminuição de Estoques	335.248	43.300
Aumento/Diminuição de Fornecedores	-793.779	828.742
Aumento/Diminuição de Culturas Permanentes	-198.022	98.639
Obrigações Tributárias	53.821	110.309
Aumento/Diminuição de Obrigações Trabalhistas	0	0
Caixa Líquido no Início	-3.136.306	1.392.399
Atividades Operacionais	3.111.325	-992.388
Atividade de Investimento	3.111.325	-992.388
Atividade de Financiamento	0	0
Novos Empréstimos/Financiamentos	0	0
Amortização de Empréstimos/Financiamentos	0	0
Financiamentos	0	0
Emissão de Debêntures	0	0
Resgate de Debêntures	-1.250.000	0
Diminuição de Empréstimos e Contas a Pagar	0	0
Integração de Capital	1.347.399	0
Caixa Líquido no Fim do Exercício	57.399	0</

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.991.437/0001-58, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE nº 26.3.0001311.8, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), individualmente, ("Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/07/2014
SOB Nº: 20148554601
Protocolo: 14/855460-1
Empresa: 26 3 0001311 8
STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO
NORDESTE S/A

ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL

Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de julho de 2014 ("AGE") na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures objeto da presente Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários de 03 de fevereiro de 2014 ("Código ANBIMA"). Não obstante, a Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA exclusivamente para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, até o encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Pernambuco e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e será publicada no (i) Diário Oficial do

Estado de Pernambuco; e (ii) no Jornal do Comércio, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEPE, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente, na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na alínea (b) do item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476 e, uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Objeto Social da Emissora

Nos termos de seu estatuto social, constitui objeto social da Emissora (i) a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica; (ii) a cobrança de tarifas, taxas e

receitas correspondentes à transmissão da energia elétrica através da referida linha de transmissão; e (iii) a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em *joint venture* ou membro de consórcio.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$101.000.000,00 (cento e um milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 10.100 (dez mil e cem) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ururai, nº 111, Bloco B, Térreo, Tatuapé, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra

instituição financeira que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão) e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão).

3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis (sendo que, para fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou declarado nacional) antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e determinada instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no

máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será de investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita no presente item, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures, no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela EFTF, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta e com o disposto no Contrato de Distribuição.

4.1.5. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (iii) a Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA exclusivamente para envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA até o encerramento da Oferta Restrita; e (iv) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, somente podendo ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários 90 (noventa) dias após a subscrição ou aquisição pelo investidor, observadas as obrigações adicionais da Emissora, nos termos da Instrução CVM 476, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os termos e condições das Debêntures e da Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 7 de agosto de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais).

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma escritural, sem a emissão de cautela ou certificado e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome dos titulares das Debêntures expedido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, não gozando os Debenturistas titulares das Debêntures de preferência em relação aos demais credores da Emissora, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, observado o disposto no item 4.1.3.1. acima.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 06 (seis) anos contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 7 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo), de Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo) e/ou da ocorrência de quaisquer Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e consecutivas, nos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, na proporção e conforme cronograma disposto no Anexo I a esta Escritura de Emissão, sendo que o primeiro pagamento será devido em 7 de agosto de 2016 e o último na Data de Vencimento. A amortização será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$AM_i = (VNe \times Tai)$$

Onde:

AM_i = valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Tai = a i-ésima taxa de amortização, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais de acordo com o Anexo I desta Escritura de Emissão.

4.8.2. Não obstante o disposto no item 4.8.1. acima, a Emissora poderá realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 7 de agosto de 2016, exclusive, a amortização extraordinária parcial do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.8.2.4.) e deverá ser precedida de notificação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária, a qual poderá ser feita na forma da Cláusula 4.18 abaixo ("Notificação da Amortização Extraordinária").

4.8.2.1. A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do Saldo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária; (iii) a informação de que a Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) aplicável sobre o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures objeto da Amortização Extraordinária devida e não paga até a Data de Amortização Extraordinária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária e demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária, acrescida do Prêmio de Amortização (conforme definido a seguir) serão pagos na Data de Amortização Extraordinária; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.8.2.1.1. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária será equivalente ao percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido no item 4.8.2.4 abaixo) das Debêntures a ser amortizado, acrescido (i) da Remuneração (conforme definida no item 4.9.1.) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior até a Data de Amortização Extraordinária, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado; (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária (sendo, os itens (i) e (ii) acima, considerados em

conjunto, denominados "Valor de Amortização Extraordinária"; e (iii) prêmio tendo como base o valor correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento), a ser calculado *pro rata temporis*, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sobre o respectivo Valor de Amortização Extraordinária, sendo que o referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor de Amortização Extraordinária ("Prêmio de Amortização" ou "PA"). O percentual do Prêmio de Amortização descrito no item (iii) acima será aplicado de acordo com a fórmula abaixo e pago integralmente na Data de Amortização Extraordinária:

$$Prêmio = \text{Máximo} \left\{ 0,20\% ; \left[\frac{(d_{\text{vcto}} - d_{\text{amort}}) \times 0,60\%}{1440} \right] \right\}$$

Sendo:

d_{vcto} = data de vencimento das debêntures

d_{amort} = data da amortização extraordinária

4.8.2.2. A Emissora deverá comunicar a CETIP por meio de correspondência emitida com a expressa anuência do Agente Fiduciário da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da pretendida Data de Amortização Extraordinária ("Notificação de Amortização Extraordinária").

4.8.2.3. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.16 abaixo, na Data de Amortização indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

4.8.2.4. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, conforme previstas neste item 4.8.

4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente. As Debêntures renderão juros remuneratórios equivalentes a um percentual de 109,75% (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento), da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, "over extra grupo", calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.9.2. abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

J = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, no início de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \cdot \frac{P}{100} \right), \text{ onde:}$$

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 109,75 (cento e nove inteiros e setenta e cinco centésimos);

TDI_k = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{360} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n;

DI_k = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1*(um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \cdot \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \cdot \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez)

dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.9.1.1. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.2. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic ou caso a Taxa Selic deixe de ser divulgada, deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário, ~~em até 02 (dois)~~ Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do referido evento, assembleia geral dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), a ser realizada na forma e prazos previstos na ~~Cláusula Sétima~~ abaixo, as quais terão como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os ~~mesmos~~ níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo, a ser definido a exclusivo critério dos Debenturistas na referida assembleia, desde que superior a 30 (trinta) dias, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme o caso), acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.), o que ocorrer por último, até o data do efetivo resgate das Debêntures. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.1.3. Caso a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, volte a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 4.9.1.2 acima, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas deixarão de ser realizadas, mediante comunicação nesse sentido do Agente Fiduciário aos Debenturistas, e a Taxa DI ou a Taxa Selic, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI ou da Taxa Selic nos termos deste item 4.9.1.3, a última Taxa DI ou Taxa Selic divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras.

4.9.2. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data do primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.9.3.) das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente posterior. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.3. A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente no dia 7 dos respectivos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio, ocorrendo o primeiro pagamento em 7 de fevereiro de 2015 ou, ainda, na data da eventual decretação do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), na data do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.1. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e, posteriormente, arquivados na JUCEPE.

4.12. Resgate Antecipado Total

4.12.1. A Emissora poderá, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 7 de agosto de 2016, exclusive, efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo ("Resgate Antecipado Total"), mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (i) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data do Resgate Antecipado Total (conforme definida abaixo); (ii) de demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total (sendo os itens (i) e (ii) acima, considerados, em conjunto, denominados "Valor do Resgate Antecipado Total"); e (iii) prêmio de 0,60% (sessenta centésimos por cento) a ser calculado *pro rata temporis* a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão sobre o Valor do Resgate Antecipado Total, sendo que referido valor do prêmio não poderá ser inferior a 0,20% (vinte centésimos por cento) do Valor do Resgate Antecipado Total ("Prêmio de Resgate Antecipado"). O percentual do Prêmio de Resgate Antecipado descrito no item (iii) acima será aplicado de acordo com a fórmula abaixo e pago integralmente na Data do Resgate Antecipado Total:

$$\text{Prêmio} = \text{Máximo} \left\{ 0,20\% ; \left[\frac{(d_{\text{vcto}} - d_{\text{resgate}}) \times 0,60\%}{1440} \right] \right\}$$

Sendo:

d_{vcto} = data de vencimento das debêntures
 d_{resgate} = data de resgate antecipado

4.12.2. O Resgate Antecipado Total deverá ser precedido de notificação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento do Resgate Antecipado Total, a qual poderá

ser feita na forma da Cláusula 4.18 abaixo ("Notificação do Resgate Antecipado Total").

4.12.3. A Notificação do Resgate Antecipado Total deverá conter: (i) a data indicada para o Resgate Antecipado Total ("Data do Resgate Antecipado Total"); (ii) a informação de que a Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data do Resgate Antecipado Total e demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Total, acrescida do Prêmio de Resgate (conforme definido no item 4.12.1 acima) será paga na Data do Resgate Antecipado Total; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total.

4.12.4. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, no caso de Resgate Antecipado Total das Debêntures, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, sendo o Resgate Antecipado Total das Debêntures deverá ser comunicado pela Emissora, por meio de correspondência com a anuência expressa do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 02 (dois) Dias Úteis da data de sua realização.

4.12.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 e 4.13.3 abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6, abaixo) ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou pedido de falência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (ii) falta de cumprimento de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures por período superior a 02 (dois) Dias Úteis, contados das respectivas datas de vencimento;
- (iii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual;
- (iv) término, por qualquer motivo, dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que represente um valor superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras à época;
- (v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor global ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pela Emissora;
- (vi) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;
- (vii) se a Emissora deixar de pagar, em até 05 (cinco) Dias Úteis da data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora, segundo qualquer acordo ou contrato do qual ela

seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;

- (viii) alteração no controle acionário da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas. Não se enquadram na hipótese de necessidade de aprovação pelos Debenturistas a transferência de ações para empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e de seus acionistas;
- (ix) aprovação pelos órgãos societários competentes da Emissora de novas emissões de Debêntures da espécie com garantia real ou outra espécie com garantia adicional real, salvo se (i) os recursos forem destinados para o financiamento de projetos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"); e (ii) a Emissora comprovadamente não tenha conseguido obter os recursos por meio de outra forma de capitalização; ou
- (x) caso a Dívida Líquida (conforme definida a seguir) da Emissora ultrapasse o valor de R\$ 394.000.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões de reais) ("Dívida Máxima"). A partir de 01/01/2022, as Debêntures vencerão antecipadamente caso a Dívida Líquida (conforme definida a seguir) da Emissora ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor da Dívida Máxima. Os valores acima deverão ser reajustados, a partir de 1 de janeiro de 2014, pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou pelo índice de correção monetária que vier a ser aplicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") no contrato de concessão n.º 005/2004 – ANEEL, conforme aditado.

A Dívida Líquida será calculada pela Emissora e acompanhada pelo Agente Fiduciário semestralmente, com base na comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros referidos nesta Escritura de Emissão, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores

independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários para a verificação da Dívida Líquida.

Deve-se considerar como "Dívida Líquida" a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa), com (ii) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora.

4.13.1.2. As referências a "controle" encontradas no item 4.13.1 e em seus subitens acima, deverão ser entendidas como tendo o sentido conferido pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iv), (v), (vii) e (viii) do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"). Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, a qual dependerá da aprovação da maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.6. abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático").

4.13.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo e na forma da Cláusula Sétima abaixo.

4.13.3. Em caso de ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura previstos nas alíneas do item 4.13.1. acima, a Emissora obriga-se a imediatamente efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido no item

7.6. abaixo), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento. Para os Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático acima, a obrigação de efetuar o pagamento passará a ser exigível em até 02 (dois) Dias Úteis imediatamente após o recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

4.13.3.1. O Agente Fiduciário deverá imediatamente comunicar a CETIP sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o que deverá ocorrer, com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do pagamento a que se refere o item 4.13.3 acima.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo ~~imponibilidade~~ ^{imponibilidade} no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos ~~Detenturistas~~ ^{Detenturistas}, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente acrescidos da Remuneração (conforme definida no item 4.9 acima), ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos à, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Decadência de Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou data do pagamento constante do comunicado publicado pela Emissora, desde que os recursos estejam disponíveis na mesma data.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, no dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Liquidante ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de Recife, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Comércio, sob a forma de "Aviso aos Debenturistas", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação em até 5 (cinco) dias contados da data de sua publicação. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.19. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas.

permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Observados os termos desta Escritura de Emissão, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da publicação do respectivo parecer dos auditores independentes, que deverá ocorrer no prazo estabelecido no item 5.1. "(c)": (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (b) relatório da Emissora contendo memória de cálculo para acompanhamento da Dívida Líquida prevista no item 4.13.1 (x) desta Escritura de Emissão, assinados por representantes legais da Emissora, que se colocarão à disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário; e (c) declaração firmada por 2 (dois) diretores, ao Agente Fiduciário, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e das normas aplicáveis à Emissão vigentes à época;

(ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do respectivo relatório sobre revisão limitada dos auditores independentes pela Emissora, que deverá ocorrer no prazo de 3 meses contados do final do primeiro semestre do exercício social: (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao semestre então encerrado, devidamente revisadas por empresa de auditoria independente

cadastrada na CVM, acompanhadas de relatório dos auditores independentes; e (b) relatório da Emissora contendo memória de cálculo para acompanhamento da Dívida Líquida prevista no item 4.13.1 (x) desta Escritura de Emissão, assinados por representantes legais da Emissora, que se colocarão à disposição para esclarecimentos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário;

- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, prorrogável a pedido da Emissora em virtude da justificada complexidade da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iv) em até 5 (cinco) dias consecutivos, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes (conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 "Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que deliberem sobre obrigações previstas neste instrumento, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da sua publicação ou registro, conforme o caso;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 03 (três) Dias Úteis, contados da data em que tiver tomado ciência do inadimplemento;
- (vii) em até 10 (dez) dias após seu recebimento, cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, que envolva valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e que

possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado de suas operações, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;

(viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e

(ix) comprovantes da utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão no pagamento das obrigações descritas no item 3.4, desta Escritura de Emissão;

(b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM 476;

(d) atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(e) atender de forma eficiente às solicitações pertinentes à Emissão dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;

(f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre as matérias relacionadas com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos dessa Escritura de Emissão, mas não o faça;

- (g) informar no prazo de 03 (três) Dias Úteis, contados da data em que tomar conhecimento do fato, o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar em até 02 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) possam afetar negativamente as suas demonstrações financeiras de forma relevante e material;
- (k) comunicar em até 02 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, que comprometa o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos

Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- (o) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas despesas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21, inclusive na qualidade de depositário central;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas dispendidas pelo Agente Fiduciário, dentro dos padrões de mercado adotados pela Emissora, que realmente sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. O pagamento ou reembolso pela Emissora de quaisquer despesas em montante igual ou superior a R\$4.000,00 (quatro mil reais) somente será realizado se, sempre que possível, for prévia e expressamente aprovado pela Emissora, sendo certo que, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (s) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações necessárias aplicáveis para a boa condução de seus negócios;

- (t) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (u) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (v) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (Instrução CVM nº 358), comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (w) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (x) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (y) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (z) cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("Conama") e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Oferta Restrita. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e mantendo regular

suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente a que a Emissora esteja sujeita; e

- (aa) enviar ao Agente Fiduciário os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea (k) da Cláusula 6.5, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea (l) da Cláusula 6.5 abaixo.

5.1.1. A Emissora obriga-se a, em nome de todas suas controladas existentes na presente data ou que venham a ser criadas, e até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nos itens (i), (n) e (aa) acima.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (s) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que razoáveis e justificáveis;

- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora, sendo certo que, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter reembolso da Emissora, caso tais levantamentos adicionais e especiais ou periciais tenham sido realizados em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente; e
- (f) despesas com quaisquer custos judiciais envolvendo a defesa dos interesses dos Debenturistas, incluindo honorários advocatícios, desde que devidamente comprovados.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) que o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, tiver os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições de seu respectivo estatuto social; e
- (k) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário verificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

(i) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("4ª Emissão da EATE"), com vencimento em 07 de agosto de 2020, em que foram emitidas 15.900 (quinze mil e novecentas) debêntures no valor de R\$ 159.000.000 (cento e cinquenta e nove milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 4ª Emissão da EATE não possuem garantias, conforme previsto na Escritura de Emissão.

(ii) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Alupar Investimento S.A., para oferta privada ("5ª Emissão da Alupar"), com vencimento em 30 de maio de 2027, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da Alupar são garantidas por garantia fidejussória da Guarupart Participações Ltda., conforme previsto na escritura de emissão;

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a quitação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as seguintes nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) as parcelas citadas neste item 6.4 (a) serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (d) a remuneração supra citada não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação, sendo certo que, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter aprovação da Emissora, caso tais despesas tenham sido realizados em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para

defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

- (e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (f) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo certo que, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter o reembolso da Emissora, caso tais levantamentos adicionais e especiais ou periciais tenham sido realizados em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e
- (g) a parcela de remuneração supra citada será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.1. A remuneração ao Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEPE, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, neste caso, o oficial de registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda

Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de solicitação;

- (h) solicitar, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção da Dívida Líquida conforme o previsto no item 4.13.1 (x) acima;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos ~~capta~~^{captados} por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados ~~obtidos~~^{obtidos} junto aos administradores da Emissora;
- (ix) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar aos Debenturistas o relatório a que se refere o item anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;

(iii) na CVM; e

(iv) na sede do Coordenador Líder.

(m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa identificados no item 4.18 desta Escritura de Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

(n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas – esses últimos assim que subscreverem – integralizarem e adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgar ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como a relação dos Debenturistas;

(o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(r) verificar, anualmente, com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora e abertura de contas específicas a serem

fornecidas pela Emissora nos termos do item 5.1, (a), (i) acima, a manutenção da Dívida Líquida conforme previsto no item 4.13.1 (x) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento a tal respeito;

- (s) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (t) acompanhar o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme o caso) e a Remuneração das Debêntures calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à Emissora, através do site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (u) acompanhar em conjunto com a Emissora e o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures e na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e as condições da presente Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quórum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo). Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo).

6.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros, a seu pedido, para basear as suas decisões.

6.6.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 7 abaixo. Nessas hipóteses, o Agente Fiduciário compromete-se tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, por esta Cláusula 6 e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 7 abaixo, e reproduzidas perante a Emissora.

6.6.4. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á, tão somente, a verificar o preenchimento dos requisitos formais relacionados às obrigações supra estabelecidas, nos termos da legislação aplicável. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a validade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo), ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O novo agente fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a quitação integral das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.7.5.2 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo) ou pela CVM.

7.2.1. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Divulgação da Emissora, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais previstas da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. Ficam dispensadas as formalidades de convocação quando houver presença da totalidade dos Debenturistas à Assembleia Geral de Debenturistas.

7.2.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação dos respectivos editais de convocação, em primeira convocação, ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação dos respectivos editais de convocação, em segunda convocação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido no item 7.6. abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação.

7.11. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures; (v) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima; (vi) modificação dos quóruns de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações sem registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

- (f) não tem conhecimento de descumprimento das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, válidas e aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e

- (l) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.

Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103

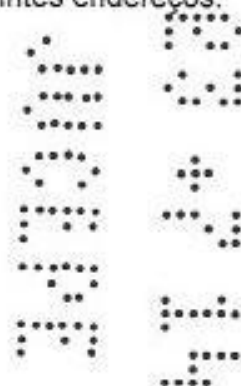
CEP 50070-520 - Recife – PE

At.: Eduardo Albuquerque de Figueiredo

Telefone: (81) 2123.9000

Fac-símile: (81) 2123 9090

Correio Eletrônico: eduardo@stnordeste.com.br



Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, ala B, salas 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385.4565

Fax: (21) 3385.4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITÁU UNIBANCO S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo, Tatuapé

CEP 03084-010 São Paulo – SP

At.: Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fac-símile: (11) 2797-3140
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 - São Paulo – SP

At.: José Nilson
Telefone: (11) 5029-1317
Fac-símile: (11) 5029-1394
Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
CEP: 01452-001 São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br



9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 02 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, observado que a parte que não cumprir com esta obrigação será responsável pelos prejuízos que der causa.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.7. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, na JUCEPE, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Recife, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 04 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Recife, 21 de julho de 2014.


[o restante da página foi intencionalmente deixado em branco]





PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A."

STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.


Nome: *F. de Lenc. B. ...*
Cargo: *DIRETOR*


Nome: *EDUARDO ALBUQUERQUE DE FIGUEIREDO*
Cargo: *DIRETOR FINANCEIRO*

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/07/2014
SCB Nº: 20148554601
Protocolo: 14/855460-1
Empresa: 26 3 0001311 8
STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO
NORDESTE S/A


ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETÁRIO-GERAL

PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A."

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Rosane da Silva Basilio

Cargo:

Rosane da Silva Cassino
Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 23/07/2014

SOB N.º 2014B554601

Protocol: 14/B55460-1

Экземпляр: 26 3 0001311 8

SIN SISTEMA DE TRANSMISSAO

WCHDESK 5/8

ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL

PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A."

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/07/2014

SOB Nº: 20148554601

Protocolo: 14/855460-1

Empresa: 26 3 0001311 8

STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO

NORDESTE S/A

ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETARIO-GERAL

ANEXO I ao "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A."

Cronograma de Amortização

7 de agosto/2016	5.8824%
7 de novembro/2016	5.8824%
7 de fevereiro/2017	5.8824%
7 de maio/2017	5.8824%
7 de agosto/2017	5.8824%
7 de novembro/2017	5.8824%
7 de fevereiro/2018	5.8824%
7 de maio/2018	5.8824%
7 de agosto/2018	5.8824%
7 de novembro/2018	5.8824%
7 de fevereiro/2019	5.8824%
7 de maio/2019	5.8824%
7 de agosto/2019	5.8824%
7 de novembro/2019	5.8824%
7 de fevereiro/2020	5.8824%
7 de maio/2020	5.8824%
7 de agosto/2020	O restante do saldo devedor

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large checkmark and a signature.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/07/2014
SOB Nº: 20148554601
Protocolo: 14/855460-1

Empresa: 26 3 0001311 8
STN SISTEMA DE TRANSMISSÃO
NORDESTE S/A

Handwritten signature of Alexandre José de Souza Britto

ALEXANDRE JOSÉ DE SOUZA BRITTO
SECRETÁRIO-GERAL

Handwritten mark or signature at the bottom right corner.